

Cromossomo Participações III S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2024



Cromossomo Participações III S.A.

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11



Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Ans:

Acionistas e Administradores da **Cromossomo Participações III S.A.** Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Cromossomo Participações III S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cromossomo Participações III S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.3 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 476.008 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme balanço patrimonial, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 3.225.558 mil, e, também, apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 3.212.054 mil. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Neste sentido, ainda de acordo com a mesma nota explicativa, a administração da Companhia buscará alternativas de recursos com o acionista da Companhia, como exemplo, aumento de capital, para a quitação dos seus compromissos de curto e longo prazo, ressaltando que tais compromissos já estão garantidos pelo acionista da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive
 as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e
 os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Vitáio Sinto Upro

Contador CRC 1SP 332.061/O-8

São Paulo, 10 de fevereiro de 2025.

Raphael Teixeira Maciel

Contador CRC 1SP-302.257/O-5

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-030.002/O-7

RSM

4

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 (Expresso em milhares de reais – R\$)

Ativo	Nota	31/12/24	31/12/23
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.746	15.133
Tributos a recuperar	6	418	453
Adiantamentos		35	-
Créditos com partes relacionadas	8	-	22.753
Outros créditos	7	1.959	5.165
		19.158	43.504
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	6	13.504	14.659
		13.504	14.659
Total do ativo		32.662	58.163

CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES III S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 (Expresso em milhares de reais - R\$)

Passivo	Nota	31/12/24	31/12/23
Passivo circulante			
Debêntures	9	3.244.701	3.717.967
Tributos a recolher		15	22
		3.244.716	3.717.989
Patrimônio líquido			
Capital social	10.a	1.934.891	1.011.111
Prejuízos acumulados		(5.146.945)	(4.670.937)
		(3.212.054)	(3.659.826)
Total do passivo e patrimônio líquido		32.662	58.163

CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES III S.A. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023

(Expresso em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	31/12/24	31/12/23
Despesas operacionais			
Administrativas	11	(3.181)	(635)
Outras despesas operacionais	12	(1.016)	(924)
		(4.197)	(1.559)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido e impostos		(4.197)	(1.559)
Resultado financeiro, líquido	13		
Receitas financeiras		5.540	7.246
Despesas financeiras		(477.351)	(549.267)
		(471.811)	(542.021)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(476.008)	(543.580)
Imposto de renda e contribuição social	14	<u> </u>	-
Prejuízo líquido do exercício		(476.008)	(543.580)
Prejuízo por ação ordinária - básico (em R\$)	10.d	(0,33)	(0,71)
Quantidade média de ações - básico		1.428.157.949	763.127.483

CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES III S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 **DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Expresso em milhares de reais - R\$)

	31/12/24	31/12/23
Prejuízo líquido do exercício	(476.008)	(543.580)
Resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente total	(476.008)	(543.580)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023 (Expresso em milhares de reais – R\$)

	Capital social				
	Nota	Subscrito	A integralizar	Prejuízo acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		469.111	(13.473)	(4.127.357)	(3.671.719)
Aumento de capital, conforme AGE de 16/06/2023	10.a	542.000	-	-	542.000
Integralização de capital		-	13.473	-	13.473
Prejuízo líquido do exercício				(543.580)	(543.580)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.011.111	-	(4.670.937)	(3.659.826)
Aumento de capital, conforme AGE de 10/07/2024 Incorporação de parcela cindida da Sociedade Agropecuária Imaculada	10.a	498.000	-	-	498.000
Conceição Ltda.	10.a	425.780	-	-	425.780
Prejuízo líquido do exercício				(476.008)	(476.008)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1.934.891	-	(5.146.945)	(3.212.054)

CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES III S.A. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023

(Expresso em milhares de reais - R\$)

	31/12/24	31/12/23
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício Ajustes para:	(476.008)	(543.580)
Receita de juros sobre créditos com partes relacionadas	(1.564)	(3.299)
Atualização de juros sobre debêntures	460.433	538.936
Comissão sobre debêntures	16.917	10.330
Atualização de IRPJ a recuperar	(1.178)	(1.668)
	(1.400)	719
Redução em outros ativos circulantes	(11.378)	3.656
Aumento (redução) do contas a pagar e provisões	(7)	(2)
Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais	(12.785)	4.373
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Recebimento de Mútuo	24.317	3.347
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos	24.317	3.347
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Pagamentos extraordinário de debêntures	(450.000)	_
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(483.699)	(554.741)
Aumento de capital	923.780	555.473
Fluxo de caixa proveniente das (usados nas) atividades de	-	
financiamentos	(9.919)	732
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.613	8.452
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	15.133	6.681
No fim do exercício	16.746	15.133
	1.613	8.452

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Cromossomo Participações III S.A., ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital nacional fechado com sede social na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, localizada na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 5, sala 501, parte, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, cuja finalidade é a participação no capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, na qualidade de quotista ou acionista.

Em 20 de janeiro de 2014 a Companhia passou a ser controladora direta da Cromossomo Participações II S.A. a qual foi utilizada como veículo na aquisição e obtenção do controle da Diagnósticos da América S.A. (DASA), que ocorreu em 10 de fevereiro de 2014.

Em 20 de dezembro de 2017 a Diagnóstico da América S.A. (DASA) celebrou a incorporação reversa de sua controladora Cromossomo Participações II S.A., pela totalidade do patrimônio líquido da Cromossomo Participações II S.A., a valor contábil, passando a ser controlada pela Cromossomo Participações III S.A. Como resultado dessa operação, conforme instruções CVM 319 e 349, que dispõe sobre as operações de incorporação, fusão e cisão envolvendo companhia aberta, bem como ofícios circulares emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Cromossomo Participações II S.A. efetuou a baixa integral do ágio e ativos identificados quando da aquisição da DASA no montante de R\$ 1.853.301. Consequentemente, o reflexo dessa baixa de ágio e ativos identificados afetou o resultado de equivalência patrimonial da Companhia acarretando prejuízo de R\$ 1.713.876 em 31.12.2017. Em função dessa restruturação societária, o patrimônio líquido da Companhia passou a ser negativo.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC – Comitê de Pronunciamentos de Contábeis)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Pressuposto de continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir sua obrigação de pagamento decorrente de debêntures conforme o vencimento divulgado na nota explicativa nº 9.

A Companhia incorreu em prejuízo no exercício no valor de R\$ 476.008 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 543.580 de prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), nessas datas, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 3.225.558 (R\$ 3.674.485 em 31 de dezembro de 2023), e, também, apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 3.212.054 (R\$ 3.659.826 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

O capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2024, se deve, principalmente, ao vencimento, em 23 de fevereiro de 2025, da 4ª emissão de debêntures da Companhia no montante total de R\$ 3.244.701.

A administração da Companhia buscará alternativas de recursos com o acionista da Companhia, como exemplo o aumento de capital, para a quitação dos seus compromissos de curto e longo prazo, ressaltando que tais compromissos já estão garantidos pelo acionista da Companhia.

Esses eventos e condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos em cumprir com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras, no entanto, o passivo existente está garantido por Alienação Fiduciária.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras com possibilidade de resgate no curto prazo (inferior a 90 dias) e sem risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são representadas por certificados de depósitos bancários com liquidez diária, demonstradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

3.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais ativas e recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre debêntures, empréstimos bancários e financiamentos. Também integram este saldo as despesas bancárias e imposto sobre operações financeiras.

3.3 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

3.4 Instrumentos financeiros

(i) Ativos e passivos financeiros - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece as contas a receber e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

(ii) Ativos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(iii) Passivos financeiros não derivativos – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

3.5 Capital social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme termos do pronunciamento técnico CPC 32 / IAS 12.

(ii) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado e em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados, que tenham efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 e IAS 33.

4. Novos pronunciamentos contábeis

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e divulgação de demonstrações financeiras

Esta norma substitui a IAS 1 e introduz novas exigências para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, visando maior consistência, comparabilidade e transparência.

As norma é aplicável para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia irá avaliar quanto aos impactos nas demonstrações financeiras quando cabível.

OCPC 10: Créditos de descarbonização

Esta norma trata da contabilização de créditos de carbono, delineando o tratamento contábil para a identificação, mensuração e evidenciação dos créditos de carbono e permissões de emissão.

As alterações são aplicáveis para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 9: Instrumento Financeiros

Esta norma foi atualizada com em classificação e mensuração de instrumenos financeiros. As principais alterações incluem: esclarecimentos sobre como classificar ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança; Liquidação de passivos por meio de sistemas de pagamento eletrônico; Transparência em relação aos investimentos.

As alterações são aplicáveis para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/24	31/12/23
Banco conta movimento	6	28
Aplicações financeiras (a)	16.740	15.105
Total caixa e equivalentes de caixa	16.746	15.133

(a) As aplicações financeiras são remuneradas em percentual da taxa de juros do CDI de 93,5% (98% em 2023), possuem liquidez imediata e são de curtíssimo prazo, podendo assim serem utilizadas de acordo com as necessidades da Companhia sem qualquer penalidade.

Os saldos bancários e aplicações financeiras são de liquidez imediata e não estão sujeitos a restrições ou penalidades de qualquer natureza para sua utilização.

6. Tributos a recuperar

	31/12/24	31/12/23
IRPJ a compensar (i)	13.167	14.293
Outros créditos tributários	755	819
Total créditos tributários	13.922	15.112
Circulante	418	453
Não circulante	13.504	14.659

⁽i) Imposto de renda retido na fonte são provenientes dos recebimentos das parcelas de empréstimo cedido à parte relacionada e resgates de aplicações financeiras. Para utilização dos créditos tributários foram realizados os pedidos de restituição de acordo com a Instrução Normativa RFB 2.055 de 06 de dezembro de 2021.

7. Outros créditos

	31/12/24	31/12/23
Comissões a apropriar (i)	1.959	5.165
	1.959	5.165

⁽i) Refere-se as comissões sobre a 4ª emissão das Debêntures realizada 26 de julho de 2021 que serão amortizadas até o seu vencimento, conforme descrito na nota explicativa 9.

8. Créditos com partes relacionadas

	31/12/24	31/12/23
Empréstimo cedido		22.753
		22.753

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Instrumento particular de mútuo com a empresa *DG INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.*, firmado em 03 de agosto de 2021 e aditado em 01 de setembro de 2021, com quitação integral no vencimento de 30 de julho de 2024, devidamente acrescido de correção monetária com base na variação cumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI — Depósitos Interfinanceiros capitalizados diariamente, acrescida de juros remuneratórios de 2,30%.

Movimentação do empréstimo cedido

Saldo em 31 de dezembro de 2022	22.801
Juros Incorridos	3.299
Juros recebidos	(3.347)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.753
Juros Incorridos	1.564
Juros recebidos	(1.733)
Recebimento principal	(22.584)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	

9. Debêntures

	<u>31/12/24</u>	31/12/23
Debêntures não conversíveis (valor do principal)	3.050.000	3.500.000
Juros remuneratórios (reconhecidos por competência)	194.701	217.967
	3.244.701	3.717.967

A movimentação de debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.733.772
Juros Incorridos	538.936
Juros Pagos	(554.741)_
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.717.967
Juros Incorridos	460.433
Juros Pagos	(483.699)
Amortização extraordinária	(450.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.244.701

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

A emissão das debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, realizada pela Companhia, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, demonstrada a seguir:

					Prazo (contado a		
Emissão	Série	Data da _aprovação	Quantidade	Valor total captado	partir da emissão)	Remuneração	Amortização do principal
4ª (i)	Única	23/07/2021	3.500.000	3.500.000	3 anos	102,07% do DI	23/02/2025(ii)

- (i) Os recursos líquidos obtido pela Companhia com a 4ª emissão das Debêntures foram integralmente utilizados para a quitação da 3ª emissão de debêntures, realizada 26 de julho de 2021.
- (ii) Em 05 de julho de 2024, os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas liberaram e aprovaram a alteração da Data de Vencimento, de 23 de julho de 2024 para 23 de fevereiro de 2025 e a periodicidade de pagamento dos Juros Remuneratórios, de forma que os Juros Remuneratórios a serem devidos em 23 de julho de 2024 sejam pagos em uma parcela no nova Data de Vencimento.

Em 24 de novembro de 2021, foi realizada a cisão parcial da Companhia (Emissora) e a incorporação, pela NEWCO, da respectiva parcela cindida, a qual corresponde à participação acionária detida pela Emissora na DASA. A Cisão Parcial faz parte de uma reorganização dos ativos e passivos dos acionistas diretos da Emissora e da NEWCO e tem por finalidade a segregação das Ações da DASA, de forma que o FIP Genoma II passe a deter as Ações da DASA após a conclusão da reorganização, a qual se enquadra como uma Reorganização Societária Permitida prevista na Cláusula 5.5.1.4 da Escritura de Emissão. Em decorrência da Reorganização Societária da Emissora, a NEWCO passa a ser titular da totalidade das Ações Alienadas. Ainda, no âmbito da Reorganização Societária da Emissora e na mesma data da Cisão Parcial, ocorreu a dissolução, liquidação e extinção da NEWCO, em decorrência do que a totalidade das Ações da DASA então detidas pela NEWCO foi entregue ao único acionista da NEWCO, o FIP Genoma II, o qual passou a ser o legítimo titular e proprietário das Ações da DASA após a conclusão da reorganização, mantendo, assim, o controle indireto das Ações da DASA. Nos termos da Cláusula 5.5.1.4 da Escritura de Emissão e em decorrência da Reorganização Societária da Emissora, as Garantidoras deverão se tornar fiadoras das Debêntures objeto da Emissão, mediante aditamento a Escritura de Emissão e na qualidade de titular e/ou proprietário superveniente, conforme o caso, da totalidade das Ações Alienadas e de Direitos Creditórios decorrentes da totalidade das Ações Alienadas, prestar a Alienação Fiduciária e a Cessão Fiduciária em garantia do Valor Garantido (conforme definido na Escritura de Emissão) mediante celebração de aditamentos aos Contratos de Garantia e à Escritura de Emissão. Em 24 de novembro de 2021, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da NEWCO e a Assembleia Geral Extraordinária de Quotistas do FIP Genoma II por meio da qual, dentre outras matérias, foram aprovadas a prestação da Fiança e a outorga e ratificação da Alienação Fiduciária e da Cessão Fiduciária em garantia do Valor Garantido.

Covenants financeiros e não financeiros - Vencimentos antecipados

O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures acrescido da remuneração de juros do período, caso a Companhia não cumpra com o disposto na cláusula 7.1 do Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia, por sua vez consideradas como eventos inadimplentes.

A Companhia monitora trimestralmente a previsibilidade de seus covenants financeiros e não financeiros. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente com as cláusulas contratuais restritivas financeiras e não financeiras, assim como sem expectativa presente de descumprimento de cláusulas restritivas na data de medição das cláusulas de covenants.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia era representado por 1.934.891.045 (um bilhão, novecentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil e quarenta e cinco) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (1.011.111.045 em 31 de dezembro de 2023 - um bilhão, cento e onze milhões, cento e onze mil e quarenta e cinco), representado, respectivamente os montantes de R\$ 1.934.891 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 1.011.111 em 31 de dezembro de 2023.

Em 16 de junho de 2023 o acionista da Companhia, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprova o aumento do capital social, que se encontra completamente subscrito e integralizado, em R\$ 542.000, passando de R\$ 469.111 para R\$ 1.011.111 com a emissão de 542.000.000 (quinhentas e quarenta e duas milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1 (um real) por ação.

Em 10 de julho de 2024 os acionistas da Companhia, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram o aumento do capital social, que se encontra completamente subscrito e integralizado, em R\$ 498.000 passando dos atuais R\$1.011.111 para R\$1.509.111. com a emissão de 498.000.000 (quatrocentas e noventa e oito milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de julho de 2024 os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar a incorporação da Parcela Cindida pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação, com o consequente aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 425.780, mediante a emissão de 425.780.000 (quatrocentos e vinte e cinco milhões e setecentas e oitenta mil) novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, passando o seu capital social de R\$ 1.509.111, dividido em 1.509.111.045 (um bilhão, quinhentos e nove milhões, cento e onze mil e quarenta e cinco) ações ordinárias para R\$ 1.934.891, dividido em 1.934.891.045 (um bilhão, novecentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil e quarenta e cinco) ações ordinárias, as quais são subscritas pelos sócios por meio de cisão da empresa Sociedade Agropecuária Imaculada Conceição Ltda. (SAIC) nos termos dos boletins de subscrição constantes do Anexo II à Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, observado o mesmo percentual detido por cada sócio no capital social da SAIC, e integralizadas na Companhia com a Parcela Cindida incorporada.

b. Destinação do lucro e política de dividendos

O Estatuto social da Companhia prevê que os lucros auferidos no período serão distribuídos sendo 25% destinados a distribuição mínima legal de dividendos, 5% aplicados na constituição da reserva legal e 70% sendo destinados metade a reserva de investimento e a outra metade destinado a reserva para garantir o pagamento de dividendos obrigatório aos acionistas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

c. Composição acionária

	Posição em 31 de dezembro de 2024			
Acionista	Ações ON (Unid.)	%	Total de Ações (Unid.)	%
Fundo de Investimento em Participações Genoma II	1.124.524.950	58,11%	1.124.261.216	58,10%
Cromo Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia	384.586.095	19,89%	384.849.829	19,89%
Dulce Pugliese de Godoy Bueno	212.890.000	11,00%	212.890.000	11,00%
Pedro de Godoy Bueno	106.445.000	5,50%	106.445.000	5,50%
Camilla de Godoy Bueno Grossi	106.445.000	5,50%	106.445.000	5,50%
Total de Ações	1.934.891.045	100,00%	1.934.891.045	100,00%
	Posic		dezembro de 2023	
Acionista	Ações ON	%	Total de Ações	%
Acionista	(Unid.)	70	(Unid.)	70
Fundo de Investimento em Participações Genoma II	1.011.111.045	100,00%	1.011.111.045	_100,00%_
Total de Ações	1.011.111.045	100,00%	1.011.111.045	100,00%

d. Resultado por ação

Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia.

	31/12/24	31/12/23
Prejuízo líquido do exercício	(476.008)	(543.580)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	1.428.157.949	763.127.483
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	(0,33)	(0,71)

11. Despesas gerais e administrativas por natureza

	31/12/24	31/12/23
Serviços e utilidades (i)	(2.888)	(272)
Impostos e taxas	(293)	(363)
Total despesas administrativas	(3.181)	(635)

⁽i) A variação de despesa refere-se à contratação de assessoria estratégica e financeira no processo de rolagem do passivo financeiro da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 9, e adequação da estrutura de capital.

12. Outras despesas

	31/12/24	31/12/23
Outras despesas operacionais (a)	(1.016)	(924)
Total outras despesas operacionais	(1.016)	(924)
Total outras despesas operacionais	(1.016)	(924)

(a) O saldo é composto substancialmente pelos custos mensais de emissão de debêntures.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

13. Resultado financeiro, líquido

	31/12/24	31/12/23
Juros e atualização de debêntures e empréstimos e financiamentos	(460.433)	(538.936)
Apropriação de comissão sobre debentures	(16.917)	(10.330)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
Total despesa financeira	(477.351)	(549.267)
Receita de juros sobre empréstimos	1.564	3.299
Receita de aplicação financeira	2.798	2.279
Outras receitas financeiras	1.178	1.668
Total receita financeira	5.540	7.246
Total resultado financeiro, líquido	(471.811)	(542.021)

14. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	31/12/24 (476.008)	31/12/23 (543.580)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	161.843	184.817
Outros Ajustes Imposto diferido não constituído sobre prejuízo fiscal	(161.843)	(184.817)

A alíquota fiscal combinada utilizada nas apurações de 2024 e 2023 é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária do País.

Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e provisões temporárias

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

De acordo com a CPC 32, a Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo técnico aprovado pela administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre diferenças temporárias dedutíveis e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado trimestralmente e as projeções revisadas anualmente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

15. Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir mostra os valores contábeis e justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo sua hierarquia de valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos e passivos		Valor contábil			
31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais					
	Nota	Valor justo por meio do resultado e outros	Ativos financeiros – Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total
Ativos financeiros mensurados a valor					
justo Aplicações financeiras	5	16.740	_		16.740
Apriloagoes interiocitas	J	16.740			16.740
Ativos financeiros não mensurados a					
valor justo Caixa e equivalente de caixa	5	_	6		6
Créditos com pessoas ligadas	8	-	-	_	-
			6		6
Passivos financeiros não mensurados a valor justo					
Debêntures	9			3.244.701	3.244.701
		-		3.244.701	3.244.701
Ativos e passivos			Valor c	ontábil	
31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais					
Ativos financeiros mensurados a valor					
justo Aplicações financeiras	5	15.105	_	_	15.105
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		15.105			15.105
Ativos financeiros não mensurados a valor justo					
Caixa e equivalente de caixa	5	-	28	-	28
Créditos com pessoas ligadas	8	-	22.753 22.781		22.753 22.781
Passivos financeiros não mensurados a valor justo					
Debêntures	9	<u>-</u>		3.717.967	3.717.967
				3.717.967	3.717.967

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de mercado
- Risco de liquidez
- Risco de crédito
- Risco operacional

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

A Companhia gerencia os riscos aos quais está exposta por meio da definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco.

Riscos de mercado

Trata-se dos riscos relacionados a ativos e passivos cujos fluxos de caixa ou valores presentes estejam expostos à:

Risco de mercado de juros

(a) Risco da flutuação da taxa de juros que incorrerá em aumento da despesa ou diminuição da receita financeira. Juros pré-fixados mantidos até o vencimento, permitem a certeza dos fluxos de caixa. Juros pós-fixados trazem volatilidade ao desembolso futuro de juros. A principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de juros será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa para controle das taxas de juros envolvidas em nossas operações.

Os principais riscos de mercado para a Companhia são as eventuais oscilações nas taxas de juros. Em razão disso, a Companhia busca proteção para os riscos de liquidez, por meio de instrumentos financeiros tais como aplicações financeiras, captações de empréstimos para capital de giro, captação de recursos mediante a emissão de debêntures, todas em condições normais de mercado.

Toda operação financeira é submetida ao Comitê Executivo da Companhia e posteriormente para validação pelo Conselho de Administração. No caso da exposição cambial e exposição de juros, as diretrizes são definidas pelo Conselho de Administração e operacionalizadas pelo departamento da Tesouraria, visto depender de variáveis componentes do cenário econômico. O departamento de Tesouraria fornece mensalmente ao Comitê Executivo da Companhia uma posição atualizada da exposição da Companhia aos riscos de mercado, mediante apresentação de relatórios, documentos e contratos, que permite a verificação do cumprimento da Política.

Além disso, para os riscos de mercado aos quais à Companhia estiver exposta, é obrigatória a elaboração mensal por parte do departamento de Tesouraria de análise de sensibilidade (*stress test*), às taxas de 25% e 50% de variação em relação às taxas originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas envolvidas nestas transações e seu impacto nos resultados e nas posições de caixa da Companhia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de um evento não previsível ocorrer ou erro no cálculo da necessidade de liquidez que irá impactar nas decisões de investimento ou no dia a dia da Companhia.

A Companhia gerencia o seu risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros, seguindo o seguinte direcionamento:

(a) **Gerenciamento de caixa de curto prazo -** Gerenciamento dos ativos líquidos e linhas de crédito para cobrir necessidades imediatas. Periodicidade: Diária. Prazo: D+1 (em dias úteis);

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

- (b) Gerenciamento de caixa de longo prazo Processo contínuo para garantir recursos de longo prazo, por meio da análise do orçamento de caixa em base mensal, atualizando as premissas orçadas de acordo com as necessidades do negócio, e comparação entre realizado versus orçado. Periodicidade: Mensal. Prazo: 5º. dia útil do mês subsequente ao da data base do relatório;
- (c) **Manutenção de um caixa mínimo** Refere-se ao saldo de caixa que a Companhia repõe em curtíssimo prazo de tempo para suprir suas necessidades urgentes. Além disso, adota-se como critério que o caixa tem que ter recursos suficientes para cobrir os cinco piores fluxos diários de um mês, sem considerar recebimento; e
- (d) Limites de exposição e mitigadores de riscos A área de tesouraria mantém em linhas de curto prazo entre aplicações de caixa com liquidez imediata e linhas de capital de giro, o volume suficiente para garantir pelo menos o montante igual aos cinco maiores dias consecutivos de saída de caixa dos últimos 12 meses.

Para linhas de médio prazo e longo prazo, a tesouraria mantém linhas de crédito compatíveis com o planejamento estratégico da Companhia sempre com objetivo de garantir a disponibilidade de recursos para suprir o fluxo de caixa previsto.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados em 31 de dezembro de 2024:

	Vencimento			
Operação	2025	Total		
Debêntures	3.244.701	3.244.701		
	3.244.701	3.244.701		

Risco de crédito

Trata-se do risco de perda resultante da incapacidade da contraparte em cumprir com suas obrigações contratuais de pagamento à Companhia, conforme assumido em contrato. O principal mitigador deste risco se dará por meio do processo de análise de crédito, e a mensuração deste risco ao longo do tempo se baseará, principalmente, na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa por inadimplência.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Os valores estão informados líquidos dos custos de transação

A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, estratégicas ou operacionais, visando aperfeiçoar a gestão da dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu retorno sobre o capital investido (ROIC) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos.

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para Notas Promissórias, Debêntures e aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e as demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

16. Partes relacionadas

A Companhia mantinha transações apenas com a **DG INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A**, referente a mútuo concedido no montante de R\$ 22.753, o qual o mútuo foi realizado durante o exercício de 2024, conforme nota explicativa nº 8.

Controlador

O controlador direto da Companhia é o Fundo de Investimento em Participações Genoma II – Multiestratégia.

17. Eventos subsequentes

Não foram verificados ou relatados pela Administração da entidade, até a data de encerramento das demonstrações financeiras, quaisquer movimentações relevantes ou mesmo fora do seu contexto operacional, que possam ser divulgados como eventos subsequentes.

Pedro de Godoy Bueno Diretor Presidente Claudete Correa Diretora Executiva

Talita Ferreira Verdan Contadora -CRC RJ-097129/O-0